



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 27 DE JULHO DE 1995

Agradeço a presença de vocês todos aqui. Quero agradecer realmente a presença de vocês todos aqui, porque acho importante que a gente tenha contato direto e conversas sobre esses temas, e também a franqueza e a precisão de algumas das colocações aqui feitas.

Acho normal que, numa democracia, haja contato entre as reivindicações e o Governo. E o Presidente da República, ao recebê-los, está dando esse sinal. Não há razão para que não se converse. Se com outros setores não conversei, foi porque não quiseram, inclusive os petroleiros.

É preciso deixar bem claro também que cada um deve assumir as suas responsabilidades. A minha é de dialogar, o que não quer dizer que eu concorde. Isso é outra coisa. Concorde com as reivindicações fundamentais de vocês. Não é que eu concorde: é necessário fazer, é necessário assentar, é necessário fazer a reforma agrária.

Eu tenho um compromisso; é o meu. Não é de assentar 100 mil famílias, não; é de 40 mil. Por que é de 40 mil? Porque, historicamente, ninguém assentou mais do que 20 mil ao ano, e eu não gosto de enganar o País dizendo que farei uma coisa que não vou poder fazer. Nós temos que avançar, mas não se avança simplesmente propondo uma

coisa irrealizável. Então, vou consolidar o que propus. Fui eleito pelo povo, dizendo que ia assentar 40 mil. Isso me podem cobrar; 100 mil, não. Não é meta minha.

Vamos conseguir os 40 mil. Nunca ninguém conseguiu isso. Até setembro, nós teremos 30 mil, é isso? Até novembro. É o primeiro ano de Governo. Eu vou fazer. Estou fazendo. Ah! Também quero deixar claro uma coisa. Vejo, repetidas vezes – e está errado –, que uma fazenda “foi desapropriada no Ceará por um preço absurdo porque era de um tucano”. Mentira. O Incra tem os dados todos. Não se constrói democracia mentindo.

É bom deixar bem claro, porque depois fica uma onda. Não é nada disso. Eu vou fazer o que disse que ia fazer. Eu disse que o Governo está empenhado em assentar, por ano, o número que é mais do que o dobro do que se conseguiu na história. Com mais do que isso não posso me comprometer. Se nós conseguirmos, aumentamos a meta; mas não adianta enganar, nem vocês querem enganar ninguém.

Então, esse é o meu compromisso. Aqui houve questões muito concretas e muito importantes. Uma que acho realmente muito séria é a dos que estão nas estradas, nos acampamentos.

Nós temos condições de resolver isso. Isso o Governo pode fazer, e o Governo vai fazer. Há mais ou menos uns 15 mil. Esses dá para enfrentar, desde que não venham depois mais 17 mil, depois mais 20 mil, porque aí não dá. Os que estão aí nós temos condições de assentar neste ano. Agora, temos que assentar onde for possível assentar. Também vamos ser claros: onde for possível assentar. Isso vai ser discutido com as comunidades: tem naquele estado, não tem naquele estado. E há condições de dar alimentação. Essas coisas é possível fazer.

Só se caminha assim, de forma objetiva, realista e sem enganar ninguém. E com franqueza.

Há uma reivindicação reiterada, que é a de colocar o Incra na Presidência. Não pode. A Presidência não tem nenhum órgão e os que tem estão saindo, porque não é função da Presidência da República ter administração direta sobre eles. Agora, o interesse meu na matéria fica expresso. Como? Por exemplo: hoje, outro dia em que nos encontra-

mos, nas conversas freqüentes, nos recados freqüentes que mando para o Incra eles sabem que mando. Porque ou agilizamos a administração, ou desorganizamos o Brasil. Não é só o Incra que tem problemas, não, nem é por culpa dos atuais diretores. Isso vem de longe.

Então, isso tem em vários setores e todos querem a mesma coisa: ficar diretamente na Presidência. Não adianta, não pode. Não é que não adiante, que não possa: tem que agilizar o setor e dar as condições de efetividade. Eu não gosto de tapear. Não dá para botar na Presidência da República, porque não tem instrumento para isso. Se ocorresse isso, sabe o que aconteceria? Eles ficariam sem controle, porque não tenho tempo de controlar todo o dia. Agora, tenho, sim, interesse e empenho pessoal, e o estou demonstrando ao fazer com que as coisas caminhem nessa área.

A companheira levantou uma questão importante. A da burocratização, dos orçamentos e tudo o mais. Não se iludam com o orçamento. É uma grande ilusão do Brasil a verba orçamentária, que não é usada depois porque não tem dinheiro. Não adianta. Precisa ter dinheiro. Qual é o objetivo? É esse? Tem que assentar 40 mil, tem que ter os recursos no Tesouro para assentar 40 mil. Porque ter o recurso escrito no papel do orçamento é só para bandeira de luta depois. "Olha, aqui está no orçamento, mas não vai ter o dinheiro."

O Brasil se fez de ilusões orçamentárias. Quando tinha inflação, era fácil. Quando a inflação era galopante, era fácil, porque você aumenta o orçamento, faz um cálculo da inflação futura, aumenta ilusoriamente a arrecadação e contempla todo mundo no orçamento. Depois, não acontece nada, porque o Ministro da Fazenda segura a boca do caixa, porque não tem dinheiro. E dinheiro o Governo não inventa. Isso é outra coisa que acho importante a gente saber. O dinheiro não é inventado por mim, nem pelo Governo. O dinheiro vem do povo, vem do País. Quer dizer, não tem outro jeito.

O Banco do Brasil não pode deixar de estar equilibrado, porque, quando ele não está equilibrado, alguém está pagando pelo desequilíbrio dele. Sabem quem é? São vocês. É o imposto ou é a inflação.

Então, é ilusório a gente pensar: "Ah, o Banco do Brasil tem que ter vistas sociais." Tem que ter. Todo mundo tem que ter, mas tem que ter

um princípio de realidade, porque se não tiver esse princípio, quem vai pagar é o povo. Porque o Tesouro é o povo.

Quando eu digo “não”, é porque não quero jogar fora o dinheiro do povo, ou porque não tenho o dinheiro. É muito fácil dar tudo, porque tudo é justo. Tudo o que vocês estão pedindo é justo, ou quase tudo. Agora, por que não se faz? Porque tem que priorizar e tem que ter recurso. Tendo recurso, se faz. Agora, você pode dizer: “Por que não põe recurso aqui em vez de pôr ali?”. Aí, sim, é uma boa discussão. Porque se usa o dinheiro e o dinheiro é limitado. Esse dinheiro é todo de impostos; portanto, veio todo das empresas e do povo. E o Governo tem a obrigação de usar bem esse dinheiro. E tem que dividir entre as várias demandas existentes.

Se o Banco do Brasil e o BNDES não tiverem preocupação de serem equilibrados, estão fazendo mal ao povo. “Está-se fazendo um banco social.” Mas social o quê? Fazendo com que caia nas costas do povo o prejuízo. Porque o Tesouro é o povo. Vai sair do povo de novo. Então, isso é um ponto importante.

Desculpem-me falar sobre essas coisas, até com certa vontade de explicar – mania de professor –, mas é isso. A gente tem que entender, porque senão parece que é maldade do Presidente. “Por que não faz? É por que não quer?” Não, é porque estamos criando as condições para fazer. Agora, se criarmos condições para fazer, a coisa funciona. Então, com essa questão de orçamento eu não me preocupo tanto.

Vocês disseram que é ineficiente o Inbra. Então, por que vou dar 700 milhões para o Inbra? É contraditório. Ou ele não serve, e então não precisa de dinheiro; ou ele serve, e então não tem que atacar. Como a verdade deve estar entre os dois, ele vai precisar de algum dinheiro e melhorar muita coisa, não é isso? Não adianta ficar pensando só em termos de orçamento. Tem que pensar em tentar liberar o dinheiro. Para as metas que estão previstas, está havendo dinheiro. Não está havendo dinheiro efetivo, não: é orçamento.

Nós vamos levar adiante os assentamentos de acordo com o que planejamos. É o que podemos; não é porque não queiramos, é o que podemos, nas condições do momento do Brasil. E vamos fazer mais do

que ninguém jamais fez. Nenhum Governo fez tanto. Eu faço questão de, nestes quatro anos, fazer, na área de assentamento, mais que todos os Governos, pelo menos.

A colonização é outro assunto. A colonização não é para substituir o assentamento. São duas coisas diferentes, que atendem a públicos diferentes e têm interesses diferentes. São formas diferentes. Uma não tem que atrapalhar a outra. E dá para fazer. Agora, existem questões mais objetivas, mais imediatas. Uma que você levantou aí, que está aqui escrita.

Bom, lei de patente é muito complicado. Eu não vou entrar em detalhe aqui, é muito complicado. É necessário ter uma lei de patente. Nós estamos sendo prejudicados por não termos uma lei de patente. Não tenho ilusões quanto a isso. No mundo todo, hoje, quem não tem uma lei de patentes adequada perde. Perde. Tem que haver um incentivo à pesquisa, à ciência e a definição de quem tem direito de receber os *royalties* por aquilo. Tem que haver. Agora, claro que tem que haver, mas com muito critério. Eu não tenho acompanhado, nos últimos tempos, a negociação no Senado, mas não é uma coisa simples que a gente possa dizer: "Sou a favor, sou contra." Não é assim, é muito mais complicado. Eu mesmo tenho dificuldades de entender muitos aspectos da lei de patentes, e olhe que me meti nela para negociar. Nós estamos fazendo o que há de mais adequado, para permitir que o Brasil tenha condições efetivas de competir no mundo, de ter desenvolvimento tecnológico e de ter investimento aqui, senão não vai ter.

Quer dizer, ou a gente entende que o mundo tem requisitos, que, às vezes, podem não ser aquilo que se sonhou, mas que é o que a realidade obriga, ou então não se avança.

Agora, sobre a questão que me parece mais direta, que depende de decisão de Governo, acho o seguinte: nós vamos ter condições de assegurar os 12% com o rebate de 50%. Vamos ter condições de atender à reivindicação dos 12% sem TR, sem TJLP, com o rebate de 50%. Isso dá para fazer. Significa que o Tesouro vai liberar dinheiro.

O povo está pagando corretamente para beneficiar um setor que é também do povo e que precisa. Não é o Governo, eu não estou dando

nada. Quem está dando é o próprio povo. Tenho que usar com muito critério esses recursos, porque não são meus. Mas dá para fazer: foram feitos os cálculos e dá para fazer esse rebate, imediatamente. Assim como estamos fazendo, refaz-se o contrato para o futuro. Isso aí dá. Assim como estamos estudando a questão relativa ao montante de recursos específicos, para atender às reivindicações de vocês. Eu não sei se isso chega a 180, mas não é desembolsado de uma vez. Isso dá um bom desafoço nessa área, que acho importante e também porque se define uma política específica para um setor que nunca foi atendido pelos órgãos oficiais de crédito.

Nós estamos vendo também a limitação, que hoje é de 3 mil. Eu não sei se dá para chegar a dez, mas dá para ir além do dobro. Eles estão calculando. "Ah, é tão pouco!" Mas aí você multiplica pelo número de pessoas. Estamos calculando os recursos disponíveis.

Então, essas reivindicações do tipo, digamos, emergenciais acho que temos condições de atender. Aí, quando digo, é que vai ser feito.

Então, para resumir e ao reiterar o agradecimento, quero dizer que nós vamos continuar empenhados dentro do programa que propus ao País e que foi aprovado pelo País. As metas são as minhas, aprovadas. Não tenho culpa: por que 100 mil, por que não 500 mil? É que não pode. Vamos chegar lá, vamos caminhar. O que eu disse que ia fazer, farei. Temos condições de resolver o problema dos que estão acampados. A responsabilidade passa a ser do Incra. Temos condições, e eu tenho que dar os recursos para eles atenderem a isso, desde que não seja um moto-contínuo, desde que não seja simplesmente um instrumento de pressão. Claro que pressão existe, mas também tem que ver qual é o limite do Governo, para evitar que se prejudique o processo geral de assentamento, porque ele fica irracional. Aí não adianta. Aí fica bonito, mas não resolve.

Se nós queremos mesmo resolver, se nós estamos pensando no povo e não em ganhar politicamente uma vantagem aqui, outra ali, então vamos sentar e trabalhar em cooperação nessa matéria. É bom que se trabalhe em cooperação nessa matéria, para ver o que se pode fazer concretamente. O Incra tem que atender, falar. Não há jeito de avançar

sem falar, sem dialogar, mas isso nós vamos fazer, vamos cumprir a meta de, até novembro, 30 mil assentados. E vamos atender a essas reivindicações específicas emergenciais, no que diz respeito ao crédito.

Agora, se me permitem, eu tenho que ir para o Peru, mas agradeço muito e desejo que continuem aí firmes na discussão dos problemas nacionais. Todas as vezes que houver uma oportunidade de um encontro com reivindicações específicas ou alguma crítica que possa ser construtiva, para que a gente possa melhorar as coisas, vocês vão encontrar sempre as portas abertas.

Muito obrigado a vocês e até a próxima, então.